



CONTROLADORIA GERAL INTERNA

AUDITORIA - NOTA TÉCNICA

I - FISCALIZAÇÃO

Processo: 061/2018

Credenciamento: 004/2018

Páginas Processo: 036.

Departamento: Saúde

Ordenador de Despesa: Raquel Aparecida Gomes Gonçalves

Valor estimado: R\$ 56.016,00 (cinquenta e seis mil e dezesseis reais)

II - OBJETO

Contratação de serviço médico urologista para realização de consultas, conforme solicitação do Departamento Municipal de Saúde.

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1.988 (Art.31, Art. 70 a 74)

Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1.993

Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2.002

Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1.964

Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2.000

Plano Plurianual vigente

Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias vigente

Lei Orçamentária Anual vigente

Decreto Federal Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2.013

Instrução Normativa Tribunal de Contas de Minas Gerais Nº 08 de dezembro de 2.003

Instrução Normativa Controle Interno Municipal Nº 005 de 02 de outubro de 2.017

Decisão Normativa Tribunal de Contas de Minas Gerais Nº 02 de 26 de outubro de 2.016.

IV – METODOLOGIA

As auditorias preventivas em processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, são realizadas confrontando aspectos técnicos e legais, utilizando-se de ferramentas como o check list de acompanhamento, instruções normativas do Tribunal de Contas e instruções normativas da Controladoria Interna. Cada ponto técnico é verificado e apontado na Nota Técnica, que é incorporado ao processo. Após emissão desta nota, o ordenador de despesa é comunicado sobre os itens que podem ser acertados ou corrigidos, dando o direito ao contraditório. Após verificação do ordenador de despesa, as correções ou alterações recomendadas pelo Controle Interno podem ser vistas posteriormente a este documento. A Controladoria também opina referente aos dados contábeis, financeiros, viabilidade da compra e outros.

V – RESUMO



CONTROLADORIA GERAL INTERNA

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data e o parecer jurídico exarado, atesta-se que o processo administrativo encontra-se revestido das formalidades legais.

Frisa-se que o objeto do certame deve estar previsto e devidamente adequado a alguma diretriz da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do respectivo exercício, cumprindo o disposto no art. 165, da CF/88. Ressalta-se que as orientações feitas pelo advogado parecerista devem ser observadas para o prosseguimento bem sucedido do certame licitatório.

VI – PONTOS DE AUDITORIA

Quanto aos aspectos para a abertura do certame, verifica-se que o processo administrativo encontra-se devidamente autuado, protocolado, numerado e rubricado.

A autoridade competente justificou a necessidade da contratação. Frisa-se que o objeto deste certame deve estar previsto em uma das diretrizes da LDO 2018, cumprindo o disposto no art. 165, da CF/88 e no Art. 7º, §2º, IV, da lei 8.666/93.

Consta documento de dotação orçamentária à fl. 14 e de autorização da autoridade competente para a abertura da licitação à fl. 07, conforme art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

Consta Portaria 001/2018 que nomeia CPL e 002/2018 que nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

O edital com seus anexos foram incluídos no processo e analisado pela a assessoria jurídica.

VII – CONCLUSÃO

A Controladoria trabalha no intuito preventivo de ordem contábil, financeiros, orçamentária e patrimonial, desta forma, as apresentações dos itens levantados neste relatório são no sentido de orientar ao ordenador sobre as determinações legais que devem ser atendidas para a eficácia do processo.

VIII – RECOMENDAÇÃO

Sem recomendação.

Barra Longa, 13 de Junho de 2018.

Izoleta Mendes Coura
Controladora Geral